

Briga dos radares chega ao Tribunal de Contas

Cíntia Bento Alves

O órgão promete até retirar os aparelhos das avenidas se constatar alguma irregularidade na instalação do sistema

O Tribunal de Contas do Estado (TC-ES) vai fazer uma inspeção no contrato firmado entre o Departamento Estadual de Trânsito (Detran) e a firma paulista que fez a instalação dos radares computadorizados em várias avenidas de Vitória. O Tribunal ameaça retirar os radares caso encontre irregularidades.

A medida foi tomada pelo procurador-chefe da Procuradoria Geral de Justiça de Contas, Wolmar Bermudes, que fez o requerimento ontem, no plenário do Tribunal, em virtude das várias denúncias informais sobre ilegalidade do contrato.

O procurador pediu o encaminhamento da inspeção como especial, o que significa que ela terá prioridade no Tribunal de Contas. Bermudes acredita que a inspeção seja concluída em no máximo 15 dias, embora não haja um prazo legal estipulado.

Ele vai questionar o Detran sobre a realização de licitação para contratar a firma. "A concessão do poder público à iniciativa privada pode ser feita, mas tem que

As avenidas controladas por radar

- Beira-Mar
- Leição da Silva
- Nossa Senhora dos Navegantes
- Dante Michelini

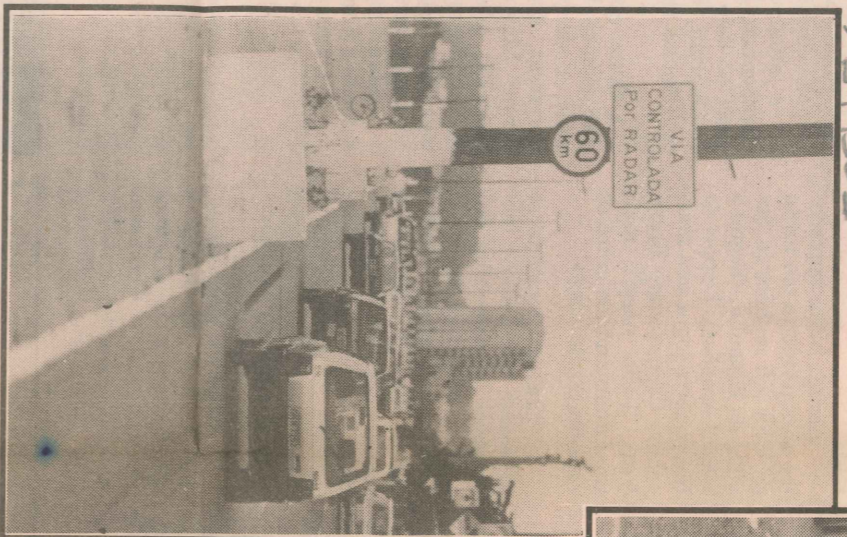
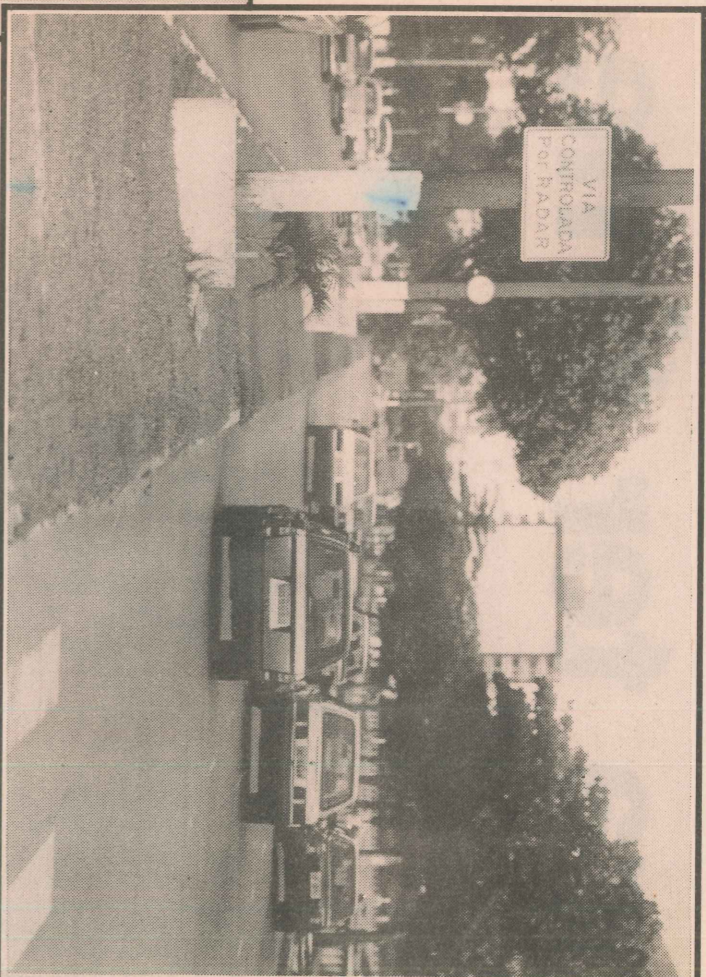
Os locais que receberão os equipamentos

- Carlos Lindenberg
- Fernando Ferrari
- Rodovia do Sol
- Adalberto Simão Nader

Obs.: Em todas estas vias, o limite máximo de velocidade permitido é de 60 quilômetros por hora

Fonte: Detran

Fotos de Antonio Moreira/AT



responder na inspeção é a base em que foi estipulado o repasse de 20% do valor arrecadado sobre todas as multas à empresa, pelo pagamento dos equipamentos e manutenção.

"O valor repassado à empresa deve corresponder aos seus gastos, acrescido de uma margem de lucro que não pode ser exorbitante", esclareceu Bermudes.

Segundo o procurador, no caso do contrato ferir as normas legais, o diretor do Detran será responsabilizado e os equipamentos poderão ser retirados. "Mas tudo vai depender da análise. Não podemos adiantar nada por enquanto", afirmou.

LEGALIDADE

O diretor do Detran, Edmar Mause, disse, no entanto, que o contrato está dentro da legalidade: "O contrato foi aprovado pela Auditoria Geral do Estado e pelo Conselho Administrativo do Detran".

Ele reconhece que não foi feita a licita-

Placas indicam aparelho

O Detran deu início na semana passada à instalação de placas indicando a existência de radares nas avenidas onde os equipamentos foram colocados. Nas placas consta ainda o limite máximo de velocidade permitida, que é de 60 quilômetros por hora.

A sinalização já está praticamente concluída na avenida Beira-Mar, onde foram colocadas três placas. O trabalho continua esta semana nas avenidas Nossa Senhora dos Navegantes, Dante Michelini e Leição da Silva, onde também há radares.

As atuais placas brancas, porém, deverão ser em breve substituídas por outras, azuis, com mais destaque. De acordo com o diretor do Detran, Edmar Mause, isso ocorreu por um problema de confecção.

Ele afirmou que a colocação das placas não teve nada a ver com o projeto do

vereador Agnaldo Goldner, aprovado na Câmara de Vitória na semana passada, pedindo a instalação de placas a cada 200 metros.

"As placas já eram previstas, só que houve atrasos na confecção. Além disso, não colocaremos placas a tão pouca distância, pois acabaria confundindo os motoristas", observou.

O projeto de Goldner foi enviado ontem à prefeitura, onde será analisado pelo prefeito, que vai sancioná-lo ou não. Outro projeto polêmico do trânsito aprovado pela Câmara e que também chegou às mãos do prefeito ontem é o que aumenta a velocidade máxima em vias como Beira-Mar e Leição da Silva de 60 para 80 quilômetros por hora.

De acordo com a assessoria da prefeitura, o prefeito tem 15 dias úteis para ana-

tação, mas afirmou que a firma que instalou os radares é a única no País a oferecer este tipo de serviço. "Por isso, não houve necessidade de licitação", justificou.

Sobre o valor de 20% do total de multas aplicadas, que será dado como pagamento à empresa, Mause afirmou que se baseia em um contrato padrão feito pela firma em todos os locais onde está instalando os radares, como Florianópolis e Campinas. A multa por excesso de velocidade é de R\$ 59,13.

Mause disse não ter recebido ainda nenhum comunicado oficial do Tribunal de Contas e acrescentou que vai colaborar com a inspeção. "Sabemos que não há problemas no contrato", garantiu.

O diretor do Detran ressaltou que os equipamentos já estão fazendo baixar os índices de acidentes na cidade. "Desde outubro, quando começamos a divulgar a instalação dos radares, não foi registrado nenhum acidente com morte em Vitória", afirmou. Segundo ele, a média anterior era de três mortes no trânsito por mês na cidade.

lisar o projeto e sancioná-lo ou não. A Procuradoria da prefeitura já começou a analisar a alteração de velocidade máxima para saber se a medida é legal.

Mause considerou a lei inconstitucional e afirmou que o município não pode intervir no regulamento do trânsito. "Se este projeto for sancionado, o Detran vai entrar na Justiça alegando sua inconstitucionalidade", disse.

Ele ressaltou que a avenida Beira-Mar não pode ser considerada pista de alta velocidade porque tem 14 semáforos ao longo de sua extensão.

O deputado estadual José Carlos Gratz, que havia prometido ingressar na Justiça até a semana passada questionando a forma como foram colocados os radares, decidiu aguardar a decisão do prefeito.